

## **Uma difícil conciliação: empresários e trabalhadores no contexto do Plano Trienal**

### Resumo

Esse artigo procura examinar as interpretações e as reações de trabalhadores e de empresários acerca do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-65), aplicado pelo Presidente João Goulart no início de 1963. A fim de explicar as razões pelas quais o Plano teria falhado, muitos estudiosos deram grande atenção aos aspectos relacionados ao âmbito do Estado – tal como, por exemplo, à paralisia decisória do governo, que teria sido resultado dos conflitos entre os atores políticos; ou às limitações técnicas do Plano. O artigo sugere, diferentemente, que as ações de trabalhadores e empresários acerca da política econômica do governo Goulart foram cruciais para a falência do Plano Trienal e, conseqüentemente, contribuíram para os distúrbios sociais e econômicos que prevaleceram no Brasil momentos antes do Golpe Militar de 1964

Palavras-chave:

Plano Trienal, Política Econômica, João Goulart, atores sociais, grupos de interesse

## **A hard conciliation: entrepreneurs and workers in the context of Three-Years Plan**

### Abstract

This article seeks to examine the interpretations and reactions of workers and entrepreneurs about the Three-Years Plan (1963-65), put into practice by the President João Goulart in the beginning of 1963. To explain the reasons why the Plan has failed, most scholars focused great attention on aspects related to the State – such as, for instance, in a decisional paralysis of the government, resulted from conflicts between political actors; or in the technical limitations of the Plan. The article suggests, differently, that the attitudes of workers and entrepreneurs towards João Goulart's economic policy were crucial for the failure of the Three-Years Plan and, consequently, contributed for the social and economic unrests which prevailed in Brazil just before the 1964 Military Coup

Keywords:

Three-Years Plan, Economic Policy, João Goulart, social actors, interest groups

Classificação JEL: N16, N26, N46

Desde o final do governo Juscelino Kubitschek, a inflação e o desequilíbrio do balanço de pagamentos tornaram-se os principais problemas a serem enfrentados pelos formuladores da política econômica brasileira. Após algumas fracassadas tentativas de resolução dessas dificuldades por parte da administração Quadros (1961) e do Gabinete Tancredo Neves (1961-62), o governo Goulart decidiu elaborar, sob a coordenação de Celso Furtado, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-65). Imaginava-se que, com este Plano, seria possível ao Brasil obter credibilidade junto aos credores internacionais e, assim, renegociar os serviços da dívida externa, sem comprometer excessivamente o nível das atividades domésticas<sup>1</sup>.

Apesar de ter sido apresentado à sociedade como um programa heterodoxo, por propor uma conciliação entre crescimento econômico e controle inflacionário, o Plano Trienal foi aplicado, na verdade, como um Plano de estabilização econômica. Entre as suas principais medidas, destacou-se a redução do déficit público, via corte de subsídios cambiais às importações de trigo e de petróleo, reajuste das tarifas de serviços públicos, aumento de impostos e contenção das despesas governamentais<sup>2</sup>. Além disso, o Plano estipulou metas austeras para a expansão dos meios de pagamento. A oferta de crédito ao setor privado e o salário dos trabalhadores, por exemplo, deveriam evoluir estritamente de acordo com as variações percentuais do produto interno e da inflação<sup>3</sup>.

Diferentemente do que o nome indica, o Plano Trienal foi aplicado apenas durante o primeiro semestre de 1963. Entre junho e julho daquele ano, dois de seus maiores expoentes, Celso Furtado (Ministro Extraordinário do Planejamento) e San Thiago Dantas (Ministro da Fazenda), deixaram seus cargos. Isso representou o reconhecimento, por parte do governo, de que o Plano havia sido abandonado.

A maioria dos autores concorda que o fracasso na aplicação do Plano Trienal contribuiu não apenas para o aprofundamento de uma crise econômica no país, mas, também, por causa disso, para a desestabilização política da Quarta República (1946-64) e, conseqüentemente, para a deflagração do golpe civil-militar de 1964. Entende-se, assim, o porquê de muitos trabalhos terem se voltado para o tema da política econômica do Governo João Goulart (1961-64), especialmente para a análise das causas responsáveis pelo malogro do Plano.

Tendo em vista, no entanto, a enorme efervescência apresentada pela sociedade civil brasileira no início da década de 1960, é surpreendente que a maior parte dos estudos que analisaram o Plano Trienal tenha buscado as raízes de seu insucesso mais

no âmbito do Estado propriamente dito do que nas percepções e nas atitudes dos atores sociais, especialmente empresários e trabalhadores. Limitações técnicas, erros de cálculo decisório dos agentes políticos, inadequação do instrumental doméstico de política econômica, paralisia decisória do Executivo, ou conflitos entre os poderes Executivo e Legislativo federais foram alguns dos motivos apontados, por muitos autores, como os principais fatores do malogro do Plano Trienal<sup>4</sup>.

Os estudiosos que incluíram os atores sociais em suas interpretações, por sua vez, ou o fizeram de modo muito superficial, sem especificar o peso da contribuição dos grupos sociais para o insucesso do programa econômico de Goulart<sup>5</sup> –, ou o fizeram sem explicitar claramente a maneira pela qual tais atores teriam conseguido (ou não) influir na aplicação do Plano<sup>6</sup>. Além disso, esses trabalhos apresentaram uma base empírica por demais limitada, principalmente no que se refere aos trabalhadores.

As evidências coletadas nesse artigo sugerem, diferentemente, que os atores sociais exerceram um papel fundamental para o fracasso do Plano Trienal. Isso não quer dizer que os aspectos relacionados ao domínio específico do Estado não tiveram qualquer importância quanto aquele insucesso, mas, sim, que eles foram ou resultado mais das pressões provenientes da sociedade civil, ou teriam apresentado um papel pouco determinante para o desvio das metas do Plano.

Entre os atores sociais selecionados no artigo, destacam-se os trabalhadores urbanos e os empresários da indústria, do comércio e da agricultura. São utilizadas fontes oriundas das entidades que representavam esses atores em âmbito nacional e estadual – neste caso, principalmente do Estado de São Paulo, por ser a mais importante unidade econômica da Federação –, tais como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Associação Comercial do Estado de São Paulo (ACSP).

Além disso, a partir da consulta de três periódicos (“Novos Rumos”, “O Estado de São Paulo”, “Última Hora”), listaram-se as greves que ocorreram no país durante o contexto de aplicação do Plano. Selecionaram-se “O Estado de São Paulo” e “Última Hora” pelo fato de eles apresentarem tendências ideológicas antagônicas e por focarem suas atenções em regiões distintas do país (São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente), mesmo tendo cobertura jornalística nacional. O periódico “Novos Rumos”, publicado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi escolhido por fornecer

boa quantidade de informações sobre as greves, apesar de privilegiar os movimentos grevistas cujas lideranças eram preponderantemente comunistas ou aliadas destes<sup>7</sup>.

Além desta introdução, o artigo está dividido em três partes: na primeira, analisam-se as percepções e as atitudes dos atores sociais no contexto de formulação do Plano Trienal; na segunda, de modo semelhante, focam-se atenções na reação de empresários e de trabalhadores durante o período de execução do Plano; e, na terceira, são apresentadas algumas conclusões.

### 1. A formulação do Plano Trienal e os atores sociais

De setembro a dezembro de 1962, quando o Plano Trienal foi elaborado, o governo Goulart demonstrou indícios de que via no apoio dos atores sociais a saída para a aplicação bem-sucedida de seu programa de estabilização econômica. No geral, as autoridades salientavam, em encontros com líderes trabalhistas e empresariais, a necessidade de uma “distribuição de sacrifícios” entre o governo, empresários e trabalhadores para vencer a inflação. Enquanto o governo se responsabilizaria pelo saneamento das contas públicas e pela contenção da oferta monetária, os empresários deveriam moderar os aumentos de preços dos seus produtos – absorvendo parte da elevação de custos decorrente das medidas de estabilização –, e os trabalhadores, por sua vez, deveriam ser mais complacentes quanto às demandas salariais<sup>8</sup>.

Apesar dos apelos governamentais, nem trabalhadores, nem empresários pareciam dispostos a absorver parte dos custos do programa antiinflacionário. No final de 1962, duas questões ameaçavam o cumprimento das metas de inflação para o ano seguinte: a negociação sobre o percentual de elevação do salário mínimo para 1963, e o pagamento do 13º salário, que havia sido sancionado pelo Presidente da República em julho de 1962. Sobre a primeira dessas questões, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) – a mais importante organização sindical trabalhista do país – demandou, inicialmente, um reajuste médio no salário mínimo de 100%, a vigorar a partir do dia 01 de dezembro de 1962. Diante da negativa governamental, o Comando abaixou sua demanda para 80%. Mesmo assim, o governo ainda considerou inviável a concessão desse percentual, tendo em vista as metas antiinflacionárias estabelecidas para o exercício seguinte. Após muitas discussões entre líderes sindicais, o Presidente Goulart e o Ministro do Trabalho João Pinheiro Neto, bem como ameaças de mobilizações grevistas feitas pelo CGT, o governo cedeu parcialmente às pressões, decretando aumento médio de 56,25% no

salário mínimo, que vigoraria, no entanto, apenas a partir de janeiro de 1963. Apesar de o Comando dos Trabalhadores ter se dividido sobre o que fazer diante desse decreto – parte do CGT considerou que a entidade deveria ser intransigente quanto à concessão dos 80% –, o reajuste acabou sendo aceito pelos líderes sindicais<sup>9</sup>.

Se na primeira das questões que poderiam ameaçar as metas inflacionárias do Plano Trienal o governo conseguiu ser parcialmente vitorioso, no segundo ponto, todavia, referente ao pagamento do 13º salário, a situação foi diferente. A disputa, aqui, se deu em torno da regulamentação da lei que instituiu esse benefício aos trabalhadores. Várias entidades empresariais argumentavam que o pagamento do 13º salário em 1962 deveria ser correspondente apenas a metade do valor de um salário mensal, já que a lei havia sido aprovada pelo Congresso somente em junho daquele ano<sup>10</sup>. O CGT, por sua vez, apresentou postura intransigente com relação ao tema: ou o governo instituía uma regulamentação que estipulasse o pagamento integral do benefício pelas empresas, ou o Comando decretaria greve geral. A regulamentação da lei, baixada pelo Ministério do Trabalho em dezembro de 1962, representou uma vitória para os trabalhadores, pois estabeleceu o pagamento integral do 13º salário até o final daquele ano<sup>11</sup>.

A partir de então, as entidades patronais passaram a argumentar que as empresas não teriam condições financeiras para arcar com os custos decorrentes dessa regulamentação, e passaram a demandar ajuda governamental em termos de crédito. No entanto, Ney Galvão, Presidente do Banco do Brasil, em uma reunião com industriais e comerciantes do Rio Grande do Sul, anunciou que o Banco não abriria linhas de empréstimos especiais às empresas para o custeio do 13º salário<sup>12</sup>. A idéia subjacente aqui era a de enquadrar o Banco do Brasil nas diretrizes de austeridade financeira estabelecidas pelo Plano Trienal para o exercício seguinte. Essa postura, no entanto, gerou uma enxurrada de críticas das entidades empresariais ao governo<sup>13</sup>.

No início de dezembro de 1962, os Presidentes da FIESP e a da ACSP demandaram do Presidente do Banco do Brasil a realização de uma reunião emergencial para discutir a questão do financiamento do 13º salário. Nesse encontro, Ney Galvão mudou completamente seu discurso. Ele afirmou, por exemplo, que o Banco já estaria estudando “providências no sentido de alargar os créditos para as classes produtoras” – o que, de fato, ocorreu no início de 1963<sup>14</sup>. Os empresários, por sua vez, saíram muito satisfeitos da reunião. Azevedo e Sá, Diretor da ACSP, chegou a afirmar, por exemplo, que “o Presidente do Banco do Brasil é um homem que está do nosso lado”<sup>15</sup>.

É difícil apontar ao certo os motivos da mudança de posicionamento do Presidente do Banco do Brasil com relação ao financiamento do 13º salário. O governo tinha consciência, como demonstrou em várias oportunidades, que o Plano Trienal só seria bem sucedido caso obtivesse apoio das entidades empresariais e trabalhistas. É possível, portanto, que as autoridades estatais tenham percebido a importância da liberação desse financiamento para a obtenção da adesão dos empresários ao programa de estabilização econômica – da mesma forma que o aumento do salário mínimo e a concessão integral do 13º salário podem ter sido garantidos aos trabalhadores com o intuito de frear uma possível oposição do movimento operário contra o Plano. Outra hipótese, que não exclui a anterior, refere-se ao interesse do governo em conseguir o suporte das entidades empresariais e trabalhistas para a vitória do Presidencialismo no plebiscito de janeiro de 1963, que devolveu plenos poderes constitucionais a Goulart. De fato, na reunião entre representantes da FIESP e da ACSP com o Presidente do Banco do Brasil ocorrida em dezembro de 1962, Ney Galvão salientou “a importância de as classes produtoras participarem da campanha do plebiscito”<sup>16</sup>. Da mesma maneira, após a regulamentação do 13º salário, a maioria das organizações sindicais dos trabalhadores, entre as quais o CGT, também passou a apoiar explicitamente o retorno ao Presidencialismo<sup>17</sup>.

Independentemente das razões que motivaram a mudança da posição do Banco do Brasil, o fato é que, mesmo com o auxílio creditício fornecido pelo Banco, muitas empresas deixaram de pagar integralmente o 13º salário aos seus empregados, desrespeitando a regulamentação baixada pelo Ministério do Trabalho. Em circular de dezembro de 1962, o CGT conclamou aos trabalhadores que não recebessem o 13º salário por inteiro a fazerem greves<sup>18</sup>. Entre as paralisações realizadas em janeiro de 1963, mais de 47% apresentaram a questão do 13º salário como principal reivindicação. Destas, 60% foram vitoriosas; 10% obtiveram vitórias parciais, tais como a promessa por parte da empresa de que o 13º salário seria pago em breve; e, em 30% dos casos, não foi possível saber o resultado<sup>19</sup>. Alguns desses movimentos foram bem amplos, tal como a vitoriosa greve ocorrida no Estado de São Paulo no início de janeiro de 1963, que envolveu operários têxteis, metalúrgicos, gráficos, trabalhadores das indústrias de bebidas, de cigarros, de frigoríficos, de construção civil e das empresas de distribuição de luz e de gás<sup>20</sup>. Outros dos movimentos grevistas ocorridos nesse contexto foram além da reivindicação do pagamento integral do 13º salário. As vitoriosas greves nacionais dos bancários e dos telegráficos, por exemplo, demandaram também a manutenção do pagamento do antigo Abono de Natal, que, antes da aprovação da lei do 13º salário, era

concedido optativamente por algumas empresas aos seus trabalhadores como uma bonificação de final de ano. Ao término dessa greve, portanto, bancários e telegráficos receberam, além do 13º, a bonificação do Abono, que representou uma espécie de 14º salário<sup>21</sup>.

No geral, as entidades empresariais cobraram ações mais enérgicas do governo contra esses movimentos grevistas. A FIESP, por exemplo, enviou telegrama ao Presidente Goulart condenando as “forças subterrâneas” que estavam paralisando São Paulo e impedindo o progresso do país. A Federação afirmou também que a concessão de um 14º salário, além de fomentar ainda mais o processo inflacionário, seria uma “penalidade” às empresas que se adiantaram na concessão do 13º por meio do antigo Abono de Natal<sup>22</sup>. Em atitude semelhante, Fábio de Araújo Mota, Vice-Presidente da CNI, durante encontro com o Ministro Celso Furtado no início de 1963, cobrou do Estado medidas mais “duras” contra as greves que estavam ocorrendo no país. Segundo Araújo Mota, certos líderes sindicais estariam transformando o Brasil em “uma verdadeira grevelândia”, paralisando setores essenciais para a manutenção do desenvolvimento nacional, tais como os setores bancário e marítimo<sup>23</sup>.

Apesar desses protestos empresariais, o 13º salário acabou sendo pago pela maioria das empresas. Muitas entidades patronais, porém, afirmaram que o aumento de custos decorrente desse novo benefício, aliado à majoração do salário mínimo, gerariam impactos altistas nos preços dos produtos<sup>24</sup>. E, de fato, ao se analisar a inflação dos dois primeiros meses de 1963, percebe-se que grande parte do acréscimo do custo da mão-de-obra não foi absorvido pelas empresas, mas, sim, transferido aos consumidores. Apenas entre janeiro e fevereiro de 1963, o Índice de Preços ao Atacado (IPA-DI, FGV) aumentou quase 16%. A elevação do IPA referente ao setor industrial apresentou alta ainda mais significativa (23,77%). O Plano Trienal havia previsto um crescimento médio dos preços de 25% para o ano inteiro de 1963. Vê-se que, em apenas dois meses, os preços dos bens industriais já tinham quase atingido esta meta (Tabela 1).

Vários autores salientaram a responsabilidade das medidas de “inflação corretiva” previstas pelo Plano Trienal – como, por exemplo, o fim dos subsídios cambiais e o reajuste das tarifas públicas – na alta de preços verificada no início de 1963. Segundo esses estudiosos, os técnicos do governo teriam subestimado o impacto inflacionário que tais ações suscitariam na economia, abalando, assim, a confiança dos atores sociais quanto à capacidade do poder público de fazer cumprir a meta inflacionária anual<sup>25</sup>.

**Tabela 1** – Taxa de variação do Índice de Preços ao Atacado (IPA-DI) e dos Índices de Preços ao Atacado Agrícola e Industrial – Brasil, janeiro a agosto de 1963, em %.

	IPA-DI (FGV)	IPA-DI (Agrícola)	IPA-DI (Industrial)
Janeiro	9,35	6,73	12,34
Fevereiro	6,44	1,53	11,43
Março	5,88	9,82	2,13
Abril	0,47	-0,09	1,04
Mai	4,28	6,12	2,58
Junho	6,20	4,13	8,31
Julho	2,53	3,80	1,22
Agosto	3,91	5,81	2,01

Fonte: MESQUITA (1992, apêndice estatístico, s/p)

É inconteste que a alta apresentada pela inflação no início de 1963 comprometeu a execução do Plano Trienal. Como se sugerirá na seção seguinte, tal elevação de preços contribuiu para que trabalhadores pressionassem seus patrões por maiores reajustes salariais ao longo do ano, empresários demandassem uma política creditícia mais liberal ao governo, e funcionários públicos se negassem a aceitar o reajuste de 40% para seus vencimentos, tal como estava previsto no Plano Trienal.

O que é duvidoso, porém, é fato de esses estudiosos terem creditado apenas, ou majoritariamente, às medidas de “inflação corretiva” a responsabilidade da inflação verificada entre janeiro e fevereiro de 1963. Há indícios de que industriais e comerciantes anteciparam os impactos da elevação do salário mínimo e da instituição do 13º salário elevando os preços dos seus produtos. Com relação ao 13º salário, por exemplo, inúmeras entidades da indústria, do comércio e da agricultura reconheceram que o empresariado não teria condições de absorver a alta de custos decorrente da duplicação de suas folhas salariais no último mês do ano e que, portanto, como decorrência disso, haveria alta de preços no início de 1963<sup>26</sup>.

Para além desse aspecto da remarcação dos preços como forma de os empresários se anteciparem à elevação do custo da mão-de-obra, deve-se lembrar também o papel que teve o financiamento do 13º salário pelo Banco do Brasil para a alta inflacionária verificada nos dois primeiros meses de aplicação do Plano Trienal. O próprio Ministro Celso Furtado reconheceu que a emissão de mais de Cr\$ 90 bilhões em dezembro de 1962 – devido, em parte, à necessidade de fornecer caixa às carteiras de crédito do Banco – foi determinante para o descumprimento da meta inflacionária<sup>27</sup>. Tendo em



vista que muitos dos empréstimos do Banco do Brasil vinculados ao financiamento do 13º salário foram concedidos no primeiro trimestre de 1963, é de se entender o porquê de as carteiras do Banco terem ultrapassado os tetos creditícios estabelecidos pelo Plano Trienal entre janeiro e março daquele ano (apesar de a oferta real de crédito ter apresentado evolução negativa no período, devido à inflação). Não se pode apontar, portanto, como fizeram alguns estudiosos, que esse descompasso entre o planejamento e a execução da política creditícia do Banco do Brasil tenha sido resultado apenas do cálculo deliberado dos técnicos, que teriam visado compensar com empréstimos públicos a queda de operações verificada nos bancos privados<sup>28</sup>. Do mesmo modo, afirmações como a de que “o Banco do Brasil mostrou-se difícil de ser controlado”, em razão de uma suposta contradição entre as diretrizes de sua política monetária em comparação com as do Ministério da Fazenda, negligenciam toda a pressão feita pelas entidades empresariais junto às autoridades do Banco do Brasil com relação ao financiamento do 13º salário<sup>29</sup>.

Vê-se, portanto, que o Plano Trienal já começou a ser executado com sérios comprometimentos, cujas raízes remontam ao contexto de sua formulação. Tais limitações, por sua vez, não se relacionaram apenas às supostas ineficiências técnicas do Plano, mas, também, à ação desenvolvida por entidades de empresários e de trabalhadores no sentido de modificar a política econômica aos seus favores, tal como na questão do pagamento integral do 13º salário e na ampliação dos tetos creditícios das carteiras do Banco do Brasil.

## 2. A execução do Plano Trienal e os atores sociais

Apesar dos contatos estabelecidos pelo governo com entidades empresariais e trabalhistas desde o final de 1962, a apresentação detalhada das diretrizes do Plano Trienal à sociedade só ocorreu em janeiro de 1963. Os primeiros a terem acesso ao texto integral do Plano foram os empresários. Algumas entidades patronais, tais como a Federação das Associações Comerciais (FAC) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), foram, inicialmente, muito críticas ao programa do governo, considerando-o “estatizante” e desrespeitador do direito de propriedade, especialmente devido à proposta de reforma agrária. Essas críticas, no entanto, decorriam muito mais de um preconceito ideológico que essas entidades possuíam com relação ao Governo Goulart e, especialmente, ao Celso Furtado, visto como um “comunista”, do que, propriamente,

de uma análise técnica sobre o Plano<sup>30</sup>. Por outro lado, os órgãos empresariais representativos dos setores econômicos mais importantes do país, e que tinham maior acesso às estruturas de poder – FIESP e ACSP, por exemplo – mostraram-se favoráveis ao Plano Trienal e dispostos a auxiliar o governo na meta de combater à inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico. Com o tempo, a postura dessas duas organizações acabou fazendo com que outros setores empresariais, antes reticentes à política econômica do governo, tal como a FAC, mudassem suas posições<sup>31</sup>.

É preciso, no entanto, qualificar o suporte concedido pelas entidades empresariais ao Plano Trienal, mesmo no caso da FIESP e da ACSP. Em primeiro lugar, esse apoio não foi nem total e nem, muito menos, incondicional. Em memorial entregue pela CNI ao Presidente Goulart no início de março de 1963, por exemplo, e que contou com o apoio das Federações das Indústrias de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, os industriais assinalaram que faltou ao Plano o delineamento claro de uma política salarial. Esta deveria ser, na opinião dos empresários, “isenta de pressões demagógicas, sobretudo nos setores portuário e marítimo”<sup>32</sup>. Além disso, as entidades industriais afirmaram que a política de “disciplinamento do crédito” prevista no Plano não poderia significar a concessão de empréstimos à taxa menores do que os crescimentos da inflação e do produto nacional, sob pena de impor obstáculos ao desenvolvimento do país<sup>33</sup>. Por fim, caso suas demandas quanto às políticas salarial e creditícia fossem postas em prática, os empresários se comprometiam a não aumentar os preços dos seus produtos para além da “estrita elevação dos custos”, a refrearem suas compras de estocagem, e a diminuir o número de prestações das vendas a crédito<sup>34</sup>.

Em segundo lugar, se é verdade, por um lado, que inúmeros setores industriais firmaram compromisso com o governo, em março de 1963, no sentido de refrearem os preços dos seus produtos – o que, de fato, foi cumprido, tal como a evolução do IPA-DI dos bens industriais entre março e maio daquele ano demonstra (crescimento médio de apenas 1,91%, Tabela 1); por outro, não se pode esquecer que, nos dois primeiros meses de 1963, essa postura de contenção de preços não foi posta em prática pelos industriais, apesar de algumas importantes entidades terem expressado seu apoio formal ao Plano desde o início daquele ano. Independentemente dos motivos que embasaram tal remarcação de preços, o fato é que não se pode dizer que os industriais tenham se “sacrificado” para garantir o sucesso da política de estabilização do governo, como prometera o Presidente da FIESP no início de 1963<sup>35</sup>.

As organizações de trabalhadores, por sua vez, posicionaram-se desde o início de modo muito crítico contra o Plano Trienal. Em reunião realizada em São Paulo, por exemplo, no início de fevereiro de 1963, o CGT reuniu líderes dos Comandos Estaduais de Trabalhadores (CETs), a fim de discutir o programa econômico elaborado por Celso Furtado. Como resultado desse encontro, publicou-se um “Manifesto à Nação”, que foi entregue dois dias depois ao Presidente Goulart. No Manifesto, os líderes dos trabalhadores condenaram veementemente o Plano, considerando-o como mais uma política do governo que estaria tentando resolver problemas econômicos nacionais por meio da redução do poder de compra das massas assalariadas, e não mediante extração dos “incalculáveis lucros” das elites<sup>36</sup>. Além disso, respondendo às autoridades governamentais, que vinham demandando, desde o final de 1962, uma contenção das greves com o intuito de não gerar instabilidades para a execução do Plano Trienal, o CGT deixou claro que os trabalhadores não aceitariam “nenhuma sugestão de trégua” em sua luta reivindicatória por melhores salários e pela realização das reformas de base. No Manifesto, afirma-se também que a proposta de elevação de 40% dos vencimentos do funcionalismo contida no Plano seria um “verdadeiro escárnio”, podendo “constituir precedente ameaçador para as lutas salariais dos trabalhadores”<sup>37</sup>.

De modo semelhante, em dois congressos organizados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) em São Paulo e na Guanabara, realizados entre fevereiro e março de 1963, foram aprovadas resoluções que conclamavam os trabalhadores a lutar pelo combate à carestia e contra a redução real de seus vencimentos. Ressaltaram-se, nos manifestos aprovados em ambos os encontros, que a inflação verificada em janeiro de 1963 já teria corroído grande parte do aumento do salário mínimo conquistado pela classe trabalhadora no final de 1962 e que, portanto, novos reajustes salariais se fariam prementes. Para isso, conclamavam-se os trabalhadores a entrarem em greve, a fim de obterem a elevação de seus vencimentos<sup>38</sup>.

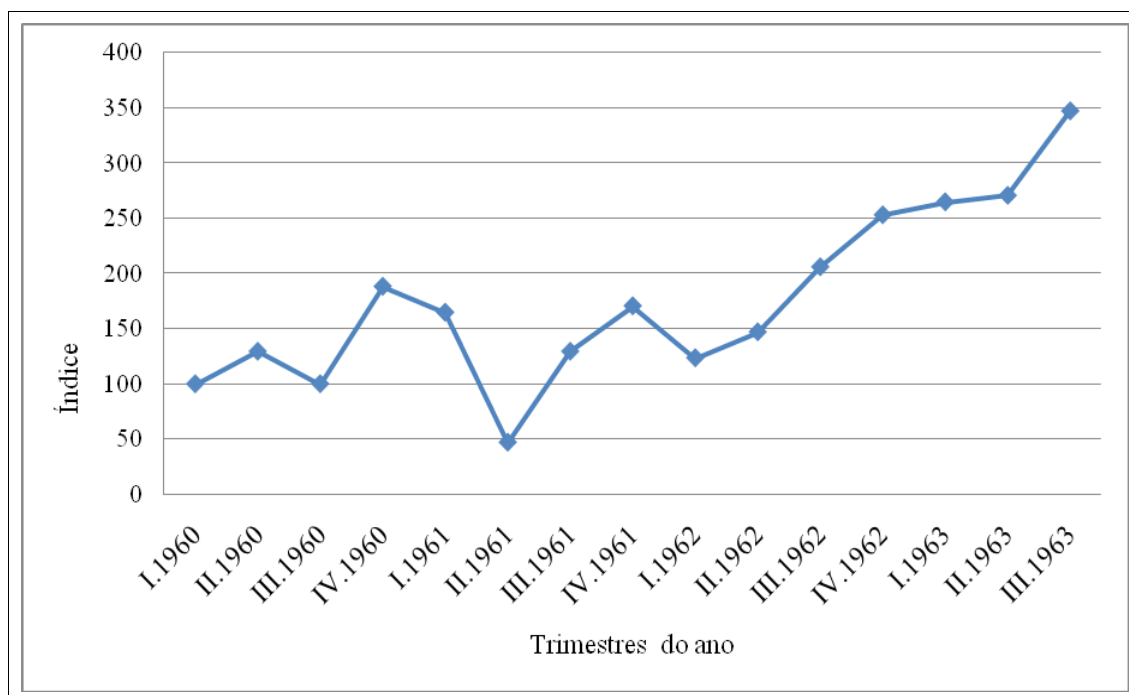
É interessante que, apesar de não ter estipulado diretrizes claras quanto à política salarial a ser seguida pelo setor privado – que, por sinal, foi uma das críticas feitas pelos empresários ao programa econômico do governo –, o Plano Trienal foi duramente censurado pelas entidades e congressos de trabalhadores por supostamente visar “o congelamento de salários”<sup>39</sup>. Diante disso, inúmeros foram os pronunciamentos feitos por autoridades estatais no sentido de ratificar a posição governamental contrária a qualquer congelamento salarial<sup>40</sup>.

É de se convir, no entanto, que a postura das entidades trabalhistas tinha fundamento. Apesar de não ter apresentado diretrizes para a política salarial do setor privado, o Plano Trienal estipulou uma taxa de reajuste para os vencimentos do funcionalismo (40%), que acabou se tornando uma espécie de referência da posição do governo sobre o assunto. É nesse sentido que se deve compreender o porquê de o debate sobre o aumento dos ganhos do funcionalismo ter sido tão generalizado naquele contexto. Diferentemente de como é apresentado pela historiografia<sup>41</sup>, essa questão era importante não apenas porque seria um teste do grau de comprometimento do governo com o programa de austeridade financeira, mas também, principalmente, porque compunha um indicativo do quanto o governo considerava justo conceder de aumento salarial para todos os trabalhadores.

O movimento operário demonstrou clara consciência da importância da luta dos funcionários públicos por um maior reajuste para a causa salarial dos trabalhadores como um todo. Desde o início, organizações como o CGT e a CNTI, bem como outras entidades, tais como o Pacto de Unidade e Ação (PUA), apoiaram a luta do funcionalismo por um aumento salarial de 70<sup>42</sup>. Em manifestos e congressos trabalhistas, foi ressaltado que a concessão de apenas 40% ao funcionalismo poderia abrir “grave precedente” para as demais categorias de trabalhadores, dificultando a luta pela obtenção de reajustes superiores a esse percentual<sup>43</sup>.

Seguindo as diretrizes do CGT e dos congressos de trabalhadores, que recomendaram em seus manifestos à classe assalariada que se mobilizasse contra a redução real de seus ordenados, muitas categorias trabalhistas obtiveram, no primeiro semestre de 1963, reajustes salariais superiores ao percentual estipulado pelo governo aos funcionários públicos. Alguns setores conseguiram bons reajustes apenas através de ameaças de greve, tais como os comerciários e os marceneiros da Guanabara, que ganharam 65% de aumento<sup>44</sup>; outros, porém, conquistaram elevações salariais por meio da realização de movimentos paredistas. Vê-se, primeiramente, que o número total de greves cresceu de modo significativo a partir de meados de 1962, atingindo quantidades expressivas no período de aplicação do Plano Trienal. Os dois primeiros trimestres de 1963 apresentaram índices levemente superiores ao do último trimestre de 1962 (265 e 271 contra 253, respectivamente) – o que é um dado atípico, tendo em vista a tendência de baixa grevista dos seis primeiros meses do ano, por não serem, normalmente, períodos de renegociação salarial (Gráfico 1).

**Gráfico 1** – Índice do número de greves realizadas no Brasil por trimestres, 1960-1963 (1º trimestre de 1960 = 100)



**Fonte:** NR (01-06/1963); OESP (01.01–31.06/1963); e UH (01.01–31.06/1963).

**Legenda:** \* Greves cujas demandas foram relativas ao pagamento do 13º salário ou de salários atrasados não foram incluídas

É de se salientar, além disso, que mais de 50% das greves ocorridas no primeiro trimestre de 1963 tiveram como principal objetivo o reajuste dos salários<sup>45</sup>. Destas, apesar do grande percentual de resultados desconhecidos (52%), quase 40% obtiveram vitória total ou parcial em suas reivindicações, e apenas 9% foram derrotadas. Das que em que foi possível recolher dados, o percentual de reajuste médio conquistado foi de 57,5% (Tabela 2)<sup>46</sup>.

No segundo trimestre de 1963, por sua vez, mesmo com a leve redução do número de paralisações que tiveram a questão salarial como sua principal pauta reivindicatória (41,3%), verifica-se que 42% dessas greves foram total ou parcialmente bem sucedidas, enquanto nenhuma foi derrotada. Quanto à média de reajuste conquistado pelos trabalhadores, observa-se crescimento de 16% em comparação ao trimestre anterior (Tabela 2)<sup>47</sup>.

Para além de toda essa mobilização, o CGT chegou ainda a organizar, em maio de 1963, uma greve geral a fim de reivindicar a aprovação de um determinado número de projetos pelo Congresso Nacional. Entre esses projetos, destacam-se a emenda constitucional da reforma agrária; a criação do salário-família e do auxílio-enfermidade;

e a concessão de 70% de reajuste salarial para o funcionalismo<sup>48</sup>. Foi enviado, primeiramente um telegrama aos Comandos Estaduais de Trabalhadores, com o intuito de consultá-los sobre o assunto<sup>49</sup>. Na Guanabara, em Pernambuco e em São Paulo, os Comandos responderam positivamente<sup>50</sup>. O PUA, que congregava mais de 500 mil trabalhadores em setores-chave da economia (transportes marítimos, ferroviários e aéreos, além do setor portuário), também deliberou o apoio à proposta do CGT<sup>51</sup>.

**Tabela 2** – Número de greves que apresentaram a questão do reajuste salarial como sua principal reivindicação – Brasil, 1º e 2º trimestres de 1963\*

	1º trimestre	%	2º trimestre	%
Vitoriosas**	4	17,4	5	26,3
Parcialmente vitoriosas ***	5	21,7	3	15,8
Derrotadas	2	8,7	0	0,0
Sem informação	12	52,2	11	57,9
Total	23	100,0	19	100,0
Participação em relação ao total de greves	*	51,1	*	41,3
Reajuste salarial médio (%)	57,5	*	67,0	*

**Fonte:** NR (01-06/1963); OESP (01.01–31.06/1963); e UH (01.01–31.06/1963).

**Legendas:** \* Greves cujas demandas foram relativas ao pagamento do 13º salário ou de salários atrasados não foram incluídas; \*\* Greves nas quais os trabalhadores obtiveram os reajustes salariais demandados; \*\*\* Greves nas quais os trabalhadores conseguiram reajustes salariais menores do que os originalmente demandados.

As entidades empresariais, que já tinham criticado duramente as paralisações trabalhistas ocorridas no início do ano de 1963, levantaram-se uníssonas contra a onda de greves que se desenrolava nesse período. Em memorandos, telegramas e pareceres enviados ao governo, os empresários destacaram a impossibilidade de se executar um plano de estabilização econômico em um contexto de instabilidade social<sup>52</sup>. Da mesma forma, as entidades patronais foram muito críticas à articulação de greve geral feita pelo CGT. Salientava-se, normalmente, o “clima de subversão” que as ameaças de greves políticas organizadas pelo Comando estariam suscitando no país, dificultando a manutenção do ritmo de trabalho pelas empresas<sup>53</sup>.

Fazendo coro aos empresários, o governo Goulart iniciou uma tentativa de minar o poder de influência do CGT junto aos trabalhadores. A partir de abril de 1963, tornaram-se freqüentes as declarações de autoridades criticando abertamente o Comando, tais como as proferidas pelo Assessor Sindical da Presidência da República, Gilberto Crockat de Sá<sup>54</sup>. O governo, porém, não ficou apenas no plano retórico, mas também agiu. O próprio Crockat de Sá passou a articular, desde maio de 1963, a construção de uma nova central sindical no país, com o claro intuito de diminuir a

influência do CGT junto ao movimento operário: a União Sindical dos Trabalhadores (UST). Uma vez constituída, a UST começou a defender a “paz social”, a fim de minorar as dificuldades encontradas para a execução do Plano Trienal<sup>55</sup>.

Apesar de não ter impedido a contínua escalada dos movimentos grevistas (Gráfico 1), a União Sindical parece ter contribuído para o recuo da ameaça de greve geral. Coincidência ou não, após a criação da UST, os dirigentes do CGT passaram a ser mais cautelosos em seus discursos, e logo trocaram o prenúncio de uma greve geral pela realização de uma “carreata popular” em Brasília – que, de fato, ocorreu em junho de 1963 –, a fim de pressionar os parlamentares a aprovarem os projetos de interesse dos trabalhadores<sup>56</sup>. Mesmo com esse recuo do CGT, a contínua e dispersa agitação grevista ainda constituía, para os empresários, uma prova de que o governo não deveria apenas tentar dissuadir os trabalhadores por meio de uma nova central sindical, mas, também, atuar repressivamente para impedir a continuação de tais movimentos paredistas<sup>57</sup>.

Além das greves e da questão do aumento dos salários, havia outro aspecto que preocupava o empresariado: a escassez creditícia. Desde abril de 1963, diante do alegado aumento de custo vivenciado pelas empresas – decorrente da elevação dos gastos com mão-de-obra, matérias-primas e outros tipos de insumos –, fazia-se necessário, segundo as entidades empresariais, alterar a política de créditos estabelecida pelo Plano Trienal. Em memorial enviado ao Presidente Goulart no início de abril, por exemplo, a CNI afirmou que, caso o governo não revisasse o teto de empréstimos, compatibilizando-o com “o incremento dos preços e, portanto, dos custos (...), estaria claramente configurada uma crise de estabilização”<sup>58</sup>. Dias depois do envio desse memorial, uma delegação de representantes da FIESP e da ACSP foi até Brasília se reunir com as autoridades financeiras para discutir o problema da escassez creditícia<sup>59</sup>. Apesar das promessas oficiais relativas à tomada de providências, tais como a ampliação do teto de empréstimos das carteiras do Banco do Brasil, nada ainda havia sido feito significativamente até maio de 1963. Nesse mês, atendendo a um chamado da FIESP, o Presidente Goulart veio até São Paulo e se reuniu com representantes industriais na casa do empresário José Ermírio de Moraes. Ali, membros da Federação entregaram a Goulart um memorial no qual se argumentou que “o rigorismo na aplicação do crédito”, aliado ao crescimento dos custos das empresas, teria criado uma “situação de grandes dificuldades para a indústria paulista”. Tais dificuldades, de acordo com o memorial, poderiam gerar o “abandono do Plano Trienal”. Diante do quadro, os

industriais se diziam impossibilitados de manter o nível de preços dos seus produtos no mês de maio e ameaçavam o governo com mais elevações nos meses seguintes, caso a política creditícia não fosse alterada<sup>60</sup>.

De fato, ao se observar a evolução do IPA-DI de maio de 1963, percebe-se que este Índice quase quadruplicou em relação ao mês anterior (Tabela 1). Não parece ter sido coincidência, portanto, o fato de que, dias depois do encontro entre Goulart com os representantes da FIESP, o Ministro da Fazenda San Thiago Dantas, em reunião com representantes das classes empresariais paulistas, tenha anunciado um conjunto de medidas que sinalizava para uma maior liberação creditícia. Além disso, nessa mesma reunião, Dantas informou que o governo anteciparia algumas de suas compras programadas para 1964 – tais como aquisições de carros e de caminhões para o setor público –, com o intuito de aliviar os estoques de certos setores industriais<sup>61</sup>.

**Tabela 2** – Expansão nominal e real do crédito do sistema bancário ao setor privado, janeiro a agosto de 1963, %

Meses	Variação nominal do crédito (%)*	Variação real do crédito (%)**
Janeiro	4,06	-3,06
Fevereiro	1,28	-5,82
Março	0,61	-3,61
Abril	0,66	-2,94
Maio	2,29	-1,47
Junho	3,01	-1,40
Julho	4,07	-0,22
Agosto	4,20	-0,12

**Fonte:** MESQUITA (1992, apêndice estatístico, s/p)

**Legenda:** \* Autoridades monetárias e bancos comerciais; \*\* Deflacionado pelo IPA-DI (FGV)

Apesar da elevação nominal do crédito ocorrida a partir de maio de 1963, a expansão dos empréstimos reais manteve-se, por causa da inflação, levemente negativa (Tabela 2). Isso explica o porquê de alguns setores empresariais terem continuado a demandar das autoridades maiores concessões em termos creditícios<sup>62</sup>. Por outro lado, em comparação com os primeiros meses do ano, é inegável que houve uma melhora da situação do crédito; melhora essa que, coincidentemente, se deu no momento de maior pressão do empresariado sobre o governo. Independentemente de ter sido insuficiente (ou não) na visão de muitos empresários, o fato é que essa expansão creditícia trouxe sérias dificuldades para o cumprimento das metas financeiras contidas no Plano Trienal relativas ao segundo trimestre de 1963.



Por fim, há uma última questão que colaborou para a falência do Plano Trienal: a aprovação, pelo Congresso Nacional, entre maio e julho de 1963, do reajuste de 70% nos vencimentos do funcionalismo civil e militar. É preciso salientar, no entanto, que o Executivo empreendeu inúmeros esforços para evitar a concessão desse reajuste. Mesmo com toda a pressão das entidades do funcionalismo, especialmente da União Nacional dos Servidores Públicos (UNSP) e de vários setores das Forças Armadas (Clubes Militar, Naval e Aeronáutico), o governo manteve-se firme em sua posição e enviou, no início de abril, uma mensagem ao Congresso propondo elevação salarial de apenas 40%, conforme estava previsto no Plano Trienal<sup>63</sup>. No entanto, a alta inflacionária ocorrida nos dois primeiros meses de 1963 e, principalmente, a conquista de reajustes superiores a 60% por várias categorias trabalhistas dificultaram bastante o esforço do governo em resistir às pressões das entidades do funcionalismo. Mesmo assim, o Executivo só cedeu parcialmente: aceitou garantir 70% de reajuste, mas propôs a criação de um empréstimo compulsório a ser cobrado das pessoas físicas e jurídicas por meio do imposto de renda, com o intuito de cobrir os gastos extras com o funcionalismo<sup>64</sup>. Diante disso, houve protestos veementes tanto das entidades empresariais, quanto das trabalhistas. Elas argumentaram que as empresas e os trabalhadores não tinham condições de arcar com mais esse peso financeiro sobre seus lucros ou salários<sup>65</sup>. Ao final, o Congresso Nacional aprovou o aumento de 70%, mas fez várias alterações no projeto original de empréstimo compulsório proposto pelo Executivo. Com essas mudanças, a receita gerada por tal empréstimo (Cr\$ 20 bilhões) não cobriu nem 10% dos gastos provenientes da elevação de 40% para 70% dos salários do funcionalismo (Cr\$ 240 bilhões), gerando, assim, mais um sério comprometimento ao já combalido Plano Trienal<sup>66</sup>.

### 3. Conclusões

Diferentemente do que é apontado pela maior parte dos estudos sobre o tema, as evidências coletadas neste artigo sugeriram que o fracasso na aplicação do Plano Trienal não se deveu a questões que se vincularam apenas, ou majoritariamente, ao âmbito do Estado, seja no que se refere aos possíveis erros e/ou limitações técnicas do Plano, à incapacidade dos atores políticos em executá-lo a contento, ou ainda a uma paralisia decisória decorrente dos conflitos intra e/ou entre os poderes da República. Por mais que esses aspectos tenham contribuído para o malogro da política de estabilização

econômica do governo Goulart, sugere-se que essa contribuição tenha tido um peso relativamente menor que a do papel desempenhado pelos atores sociais, principalmente por trabalhadores e empresários.

Apresentaram-se, primeiramente, evidências do quanto o fracasso do Plano Trienal já teria sido iniciado durante o período de sua formulação (final de 1962), quando a mobilização das entidades trabalhistas conseguiu com que o governo não apenas reajustasse o salário mínimo, como, além disso, promulgasse uma regulamentação que ratificava a necessidade de as empresas pagarem integralmente o 13º salário aos trabalhadores. Em contraponto, a bem sucedida pressão das organizações empresariais sobre o Banco do Brasil, no que condiz à liberação de crédito para o financiamento dessa elevação dos custos de mão-de-obra, comprometeu seriamente os tetos de empréstimos programados pelo governo para serem cumpridos no começo do ano seguinte. Assinalou-se também que a considerável elevação de preços verificada entre janeiro e fevereiro de 1963 – e que tanto dificultou o cumprimento das metas do Plano Trienal para os meses póstumos – teria tido total relação com esse aumento dos custos salariais, já que várias empresas transferiram essas despesas extras, via remarcação de preços, para os consumidores.

Além desses aspectos, as evidências sugeriram que a mobilização dos trabalhadores no primeiro semestre de 1963, principalmente por meio de um número expressivo de greves, também foi essencial para o enfraquecimento do Plano Trienal. Essa mobilização, ao permitir com que várias categorias trabalhistas obtivessem reajustes salariais bem maiores do que os comumente conquistados em períodos semelhantes do ano, contribuiu de duas maneiras diferentes para o fracasso do Plano: primeiro, em razão das crescentes demandas empresariais por uma revisão da política de crédito, sob a argumentação de que os custos das empresas cresciam continuamente, sem serem acompanhados pela expansão da oferta dos meios de pagamento; e, em segundo, devido à frustração da intenção do governo em conceder um aumento de apenas 40% para o funcionalismo, o que foi responsável, em parte, por um déficit público acima do previsto pelo programa governamental.

Por outro lado, assistiu-se, até maio de 1963, a um governo agindo ativamente para que as metas do Plano Trienal fossem respeitadas. Isso pôde ser constatado, em primeiro lugar, pela tentativa de Goulart de enfraquecer a mais importante organização trabalhista do país (o CGT) por meio da criação de uma central sindical alternativa (a

UST); em segundo, pela resistência das autoridades financeiras em cederem, entre os meses de março e abril, às pressões empresariais quanto ao relaxamento dos tetos creditícios; e, em terceiro, pela negativa do governo Goulart em reconhecer um aumento superior a 40% para o funcionalismo – sendo que, quando o fez, tentou ainda compensar tais dispêndios extras mediante a criação de um novo imposto. Se, por um lado, portanto, é possível reconhecer que o Plano Trienal apresentou algumas limitações técnicas – admitidas, desde o princípio, pelo próprio Celso Furtado, que salientou o escasso tempo disponível para a sua elaboração<sup>67</sup> –; por outro, fica difícil dizer que o governo tenha sido omissivo, pelo menos nos quatro meses iniciais de 1963, quanto à aplicação das diretrizes previstas no Plano. Parecem também ter pouco fundamento as críticas recebidas por João Goulart referentes à sua suposta “incapacidade política”, ou à sua “falta de comprometimento” diante do programa econômico de Furtado. O Presidente deixou de apoiar publicamente o Plano em junho, quando ele já tinha sido gravemente comprometido em seus aspectos principais.

Em resumo, mais do que a falta de uma política econômica tecnicamente adequada, ou de governantes competentes e totalmente comprometidos com a realização de um programa de estabilização econômica, o que parece ter inviabilizado a aplicação do Plano Trienal foram as atuações de trabalhadores e empresários em um contexto de agudo conflito distributivo – aliado, talvez, à rigidez dos credores quanto à renegociação dos serviços da dívida externa brasileira. Sem disposição (ou condição) para ceder parte dos seus ganhos em prol de uma política antiinflacionária, e capazes de resistir, cada qual ao seu modo, a perdas reais em suas rendas, a ação desses grupos acabou sendo determinante para o malogro do Plano, sugerindo, assim, que uma solução para a crise econômica do período, no interior dos moldes institucionais democráticos, talvez fosse algo bastante difícil de ser alcançada.

- <sup>1</sup> Para um bom resumo sobre a economia brasileira no início dos anos 1960, ver BAER (1979: 181-220). Sobre o Plano Trienal, ver ABREU (1990: 206-9); BANDEIRA (1983: 89-99); BRASIL (1962); DALAND (1967:143-71); MACEDO (1987: 52-67); MESQUITA (1992: 165-236); MIRANDA (1979: 1-45); MONTEIRO (1999: 87-98); SILVA (1992, 147-94); SOCHACZEWSKY (1991: 210-7); e WELLS (1977:221-8).
- <sup>2</sup> Esperava-se que a queda inflacionária decorrente da menor emissão de papel moeda – em razão do fim dos subsídios cambiais e do reajuste das tarifas de serviços públicos – compensasse, no médio prazo, a inflação que tais medidas necessariamente suscitarium no curto prazo. Daí o porquê de esta inflação ter sido chamada de “inflação corretiva”.
- <sup>3</sup> BRASIL (1962: 34-42). Ver também “O Estado de São Paulo” (OESP, 26.01.1963: 5; 01.03.1963: 2).
- <sup>4</sup> Entre tais autores, destacam-se LEFF (1977: 102-3, 151-2); MACEDO (1987: 64-5); SOCHACZEWSKY (1991: 210-7). Sérgio Monteiro, por sua vez, apesar de também ter centrado sua análise no âmbito do Estado, dá maior importância ao papel do Presidente Goulart. Segundo o autor, Goulart teria decidido abandonar deliberadamente o Plano Trienal, principalmente após os parcos frutos obtidos pela Missão Dantas nos Estados Unidos – responsável pela renegociação dos serviços da dívida externa brasileira. Assim, como todo governante populista, que tende a priorizar políticas que favoreçam o crescimento à estabilidade econômicas, Goulart teria considerado mais racional deixar de sustentar o Plano do que mantê-lo sob o custo de uma enorme perda de popularidade junto aos trabalhadores. MONTEIRO (1999: 135-8).
- <sup>5</sup> SILVA (1992: 147-94); SOLA (1998: 350-99).
- <sup>6</sup> FIGUEIREDO (1993: 92-112). Ver também ARAÚJO, BASTOS e MELO (2006: 94-7).
- <sup>7</sup> O ideal seria ter agregado também dados provenientes de outros periódicos operários, em especial aqueles produzidos por tendências distintas do sindicalismo brasileiro, tais como a dos renovadores ou a dos comunistas maoístas, mas foram encontradas apenas algumas edições dos jornais desses grupos (“Corrente Sindical” e “A Classe Operária”, respectivamente) para o período de aplicação do Plano Trienal. Dessa maneira, para não comprometer a homogeneidade da série referente às greves, decidiu-se não utilizar os dados desses periódicos.
- <sup>8</sup> Ver “Última Hora” (UH, 23.10.1962: 13) e OESP (20.11.1962: 6); (01.12.1962:14).
- <sup>9</sup> OESP (08.11.1962: 8); (18.11.1962: 8); e (05.12.1962: 2).
- <sup>10</sup> Ver posição da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA) nesse sentido. UH (16.10.1962: 11).
- <sup>11</sup> UH (16.10.1962: 11); OESP (15.12.1962: 2)
- <sup>12</sup> OESP (28.11.1962: 20)
- <sup>13</sup> Ver críticas da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), ACSP e Conselho das Classes Produtoras do Rio de Janeiro (CONCLAP- Rio) em, respectivamente, OESP (01.12.1962: 12); Ata da 35ª Reunião da Diretoria Plena da Associação Comercial do Estado de São Paulo (ACSP, 04.12.1962: 17); e UH (08.11.1962: 11).
- <sup>14</sup> A oferta de empréstimos das Carteiras do Banco do Brasil, no primeiro semestre de 1963, ficou mais de 1.000% acima da meta estipulada pelo Plano Trienal. MESQUITA (1992, apêndice estatístico, s/p).
- <sup>15</sup> Ata da 35ª Reunião da Diretoria Plena da ACSP (04.12.1962: 20-1).
- <sup>16</sup> Idem: 20.
- <sup>17</sup> Ver a atuação dos líderes do CGT em prol do Presidencialismo em UH (22.12.1962: 7); e (27.12.1962: 7).
- <sup>18</sup> UH (17.12.62, 2º caderno, 3)
- <sup>19</sup> “Novos Rumos” (NR, 01/1963); OESP (01.01–31.01/1963); e UH (01.01–31.01/1963).
- <sup>20</sup> NR (nº 206, 01.1963: 2).
- <sup>21</sup> Para greve dos bancários, ver OESP (12.01.1963: 5); (24.01.1963: 13); UH (11.01.1963: 2; (12.01.1963:7). Para a greve dos telegráficos, ver OESP (24.01.1963:13); (18.01.1963:2; UH (16.01.1963:2)
- <sup>22</sup> Boletim Informativo da FIESP-CIESP (nº 700, 06.03.1963: 3-12).
- <sup>23</sup> OESP (19.01.1963: 13). Ver também Ata da 40ª Reunião da Diretoria Plena da ACSP (22.01.1963: 10).
- <sup>24</sup> Ver as posições da SRB e da FIEGA em, respectivamente, “A Rural” (AR, nº 499, 11.1962: 57); e “Relatório de Diretoria da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara”, OESP (09.04.1963: 23).
- <sup>25</sup> MACEDO (1987: 60); MONTEIRO (1999: 87); SOLA (1998: 368).
- <sup>26</sup> Ver posições da FIEMG, FIEGA, ACSP e SRB em OESP (05.07.1962: 9); OESP (09.04.1963: 23); Atas da 26ª e da 29ª Reuniões da Diretoria Plena da ACSP (02.10.1962: 9-13; 23.10.1962: 4A-5, 18 ); e AR (nº 499, 11.1962: 57).
- <sup>27</sup> OESP (09.02.1963: 2).
- <sup>28</sup> MESQUITA (1992: 199-200).
- <sup>29</sup> SOCHACZEWSKY (1991: 212)
- <sup>30</sup> Ver “Revista das Classes Produtoras” (RCP, nº 943, 01.1963: 10); Ata da 39ª Reunião de Diretoria Plena da ACSP (15.01.1963: 18-9); e AR (nº 502, 02.1963: 3).
- <sup>31</sup> Ver nota distribuída pela FAC apoiando o Plano Trienal. OESP (12.02.1963: 2; e 13.02.1963:2).
- <sup>32</sup> “Desenvolvimento e Conjuntura” (DC, Ano VII, nº 03, 03.1963: 5).
- <sup>33</sup> DC (Ano VII, nº 03, 03.1963: 5).
- <sup>34</sup> Idem: 5-6. Ver também Ata da 42ª Reunião de Diretoria Plena da ACSP (05.02.1963: 12).
- <sup>35</sup> Para exemplo de acordos nesse sentido, ver Boletim Informativo da FIESP-CIESP (nº 702, 20.03.1963: 6-9; nº 704, 03.04.1963) e OESP (16.03.1963: 14). Para exemplo do comprometimento de setores empresariais com o programa antiinflacionário do governo no início do ano, ver discurso do Presidente da FIESP. OESP (14.02.1963: 17).
- <sup>36</sup> NR (nº 208, 02.1963: 7).
- <sup>37</sup> Idem. Ver discurso do Ministro do Trabalho, Almino Afonso, em OESP (26.01.1963: 5).
- <sup>38</sup> NR (nº 210, 02.1963: 2). Para o Congresso dos Trabalhadores da Guanabara, ver UH (08.03.1963: 8).
- <sup>39</sup> Ver “Manifesto dos Trabalhadores”, aprovado no I Encontro dos Trabalhadores paulistas, NR (nº 208, 02.1963: 7).

- <sup>40</sup> Ver discurso proferido pelo Ministro do Trabalho no I Encontro dos Trabalhadores paulistas. UH (18.02.1963: 4).
- <sup>41</sup> MACEDO (1987: 63-4); MESQUITA (1992: 191-2); SOLA (1988: 383-91); SOCHACZEWSKY (1991: 212).
- <sup>42</sup> Ver “Manifesto da Confederação Nacional dos Servidores Públicos”. NR (nº 210, 02.1963: 2).
- <sup>43</sup> Ver manifestos do CGT e do PUA. NR (nº 208, 02.1963: 7) e UH (28.02.1963: 11).
- <sup>44</sup> NR (nº 212, 03.1963: 2) e UH (04.04.1963: 9).
- <sup>45</sup> Greves cujas demandas foram o pagamento integral do 13º salário e/ou o pagamento de salários atrasados não foram incluídas na categoria relativa às greves por reajuste salarial.
- <sup>46</sup> Entre as greves que mais se destacaram nesse contexto, citam-se o movimento dos metalúrgicos da Baixada Santista, que paralisou mais de 18 mil operários por quatro dias e que proporcionou um aumento salarial de 70% para a categoria; e a dos gráficos e comerciantes de Recife, que durou mais de vinte dias, proporcionando reajuste médio de 80% aos trabalhadores. Ver OESP (20.03.1963: 11); (22.03.1963: 2); UH (20.03.1963: 2); (25.03.1963: 2); (27.03.1963: 2); (10.04.1963: 5).
- <sup>47</sup> Entre as mais importantes mobilizações grevistas desse período, citam-se a greve dos trabalhadores em indústrias de cimento e cal da Guanabara (30 mil operários); a dos trabalhadores em indústrias de refino do açúcar do Rio de Janeiro (120 mil operários); e a dos aeroviários, realizada em âmbito nacional e que teve como motivo a demissão do líder sindical da categoria – Comandante Paulo Bastos – da VARIG. Esta greve recebeu o apoio dos ferroviários da Guanabara e resultou na recontração de Bastos. Para a greve dos operários das indústrias de cimento, ver: UH (09.05.1963: 9); para a das indústrias de refino de açúcar, ver OESP (14.05.1963: 8); (16.05.1963: 6); (17.05.1963: 6); UH (11.05.1963:2); (14.05.1963: 2); e, por fim, para a dos aeroviários, ver NR (nº 224, 06.1963: 2); OESP (31.05.1963: 6); (02.06.1963:8); UH (31.05.1963:2); (01.06.1963:2); e (03.06.1963:2).
- <sup>48</sup> O salário-família seria uma bonificação salarial que o trabalhador receberia por cada filho menor de 12 anos que ele tivesse; o auxílio-enfermidade, por sua vez, seria um salário provisório que o trabalhador usufruiria enquanto estivesse impossibilitado de comparecer ao trabalho por motivos de doença.
- <sup>49</sup> UH (09.05.1963: 9).
- <sup>50</sup> UH (14.05.1963: 8); (15.05.1963: 2); (20.05.1963: 2); (21.05.1963:8);
- <sup>51</sup> UH (18.05.1963: 9).
- <sup>52</sup> Ver discurso do Presidente da CNI em encontro com membros das Federações Industriais; telegrama enviado pela FIESP ao Presidente Goulart; e fala do Diretor da ACSP, Daniel Campos, em reunião da Associação. OESP (25.05.1963: 19); (01.06.1963: 10) e Ata da 55ª Reunião de Diretoria da ACSP (15.05.1963: 13). COLISTETE (2007: 15-8) apresenta dados que indicam um crescimento real dos salários nas indústrias no início dos anos 1960, o que corrobora as reclamações dos empresários ao governo quanto ao aumento dos custos relativos à mão-de-obra.
- <sup>53</sup> Ver discurso do Presidente da CRB e os telegramas enviados pela CNC e pela ACSP ao Presidente Goulart em OESP (06.04.1963: 5); (24.04.1963: 4); e (01.06.1963: 10).
- <sup>54</sup> Em reunião com líderes sindicais, Crockat de Sá disse que os dirigentes do CGT queriam apenas criar uma “situação de insustentabilidade para o governo”, contribuindo para “o jogo dos reacionários e dos golpistas”. Crockat de Sá chamou também os dirigentes do CGT de “imbecis” e afirmou que o maior exemplo dessa “imbecilidade” teria sido a oposição cega realizada pelo Comando contra o Plano Trienal. OESP (19.05.1963: 25); UH (20.05.1963: 2).
- <sup>55</sup> Em um dos seus primeiros manifestos, a União Sindical afirmou que “qualquer movimento de agitação, de greves, ou outros que venham perturbar a ordem pública do País são desaconselháveis”. Além disso, a UST conclamou a todos os trabalhadores a se manterem “alheios a quaisquer convites ou instigações por parte de grupos desagregadores da harmonia e da paz social, contrários aos reais interesses dos trabalhadores”. OESP (28.05.1963: 9).
- <sup>56</sup> UH (29.05.1963: 9); (05.06.1963: 2).
- <sup>57</sup> Ver editorial da CNI publicado na DC (nº 07, 07.1963: 3-6).
- <sup>58</sup> DC (nº 04, 04.1963: 3-5).
- <sup>59</sup> Ata da 50ª Reunião de Diretoria da ACSP (09.04.1963: 12-3).
- <sup>60</sup> Boletim Informativo FIESP-CIESP (nº 710, 15.05.1963: 16-9).
- <sup>61</sup> Ata da 57ª Reunião de Diretoria da ACSP (07.05.1963: 13A). Ver também OESP (07.05.1963: 2).
- <sup>62</sup> Ver reclamações do Sindicato das Indústrias Têxteis paulistas ao Ministério da Fazenda. OESP (23.05.1963: 20).
- <sup>63</sup> Para a pressão dos funcionários públicos civis, ver, por exemplo, o surgimento do Comando de Coordenação de Trabalhos, criado pelo funcionalismo em Brasília no escritório da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). UH (26.04.1963: 4). Para a pressão dos militares, ver nota do Clube Naval e declaração do Presidente do Clube Militar em, respectivamente, OESP (25.04.1963: 2); (01.05.1963: 2).
- <sup>64</sup> UH (02.05.1963: 4).
- <sup>65</sup> Ver, por exemplo, os protestos da FIESP, da ACSP e da Confederação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC) em, respectivamente, Boletim Informativo FIESP-CIESP (nº 711, 22.05.1963: 7); Ata da 56ª Reunião de Diretoria da ACSP (21.05.1963: 11-3); e OESP (23.06.1963: 7).
- <sup>66</sup> MESQUITA (1992: 193).
- <sup>67</sup> OESP (08.01.1963: 20).

## Fontes e Bibliografia

*Jornais e periódicos consultados (09.1962 – 07.1963)*

A Rural;

Desenvolvimento e Conjuntura;

Novos Rumos;  
O Estado de São Paulo;  
Revista das Classes Produtoras;  
Última Hora

*Arquivos de entidades empresariais*

Associação Comercial do Estado de São Paulo (ACSP);  
Biblioteca Roberto Simonsen - FIESP (IFCH – Unicamp);  
Sociedade Rural Brasileira (SRB)

*Referências bibliográficas*

ABREU, Marcelo de P. (org.). (1990). *A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus.

ARAÚJO, Victor L.; BASTOS, Carlos P.; e MELO, Hildete P. (2006). “A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado”. In: Marieta de M. Ferreira (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

BAER, Werener. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV).

BANDEIRA, Moniz (1983). *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-64)*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BRASIL (1962). Presidência da República. *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Síntese*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

CARVALHO, José Alberto M. (2004). “Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil”. Texto para discussão no. 227. Belo Horizonte: UFMG / CEDEPLAR.

COLISTETE, Renato Perim (2007). “Salários, produtividade e lucros na indústria brasileira, 1945-79”. *Mimeo*. Faculdade de Economia e Administração da USP: São Paulo.

DALAND, Robert T. (1967). *Estratégia e Estilo de Planejamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Lidador.

FICO, Carlos (2004). *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. São Paulo: Record.

FIGUEIREDO, Argelina C. (1993). *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra.

FONSECA, Pedro C. D. (2004). “Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do Governo Goulart”. In: *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE-USP, vol. 34, nº 06, p. 587-622.

MACEDO, Roberto M. (1987). “O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-1965”. In: Betty M. Lafer (org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, p. 52-67.

MESQUITA, Mário M. C. (1992). *1961-1964: a política econômica sob Quadros e Goulart*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, PUC/RJ.

MIRANDA, José C. R. (1979). *O Plano Trienal. O canto do cisne do nacional-desenvolvimentismo*. Campinas: Dissertação de Mestrado, IFCH-UNICAMP.

MONTEIRO, Sérgio M. M. (1999). *Política Econômica e Credibilidade: uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart*. Porto Alegre: Tese de Doutorado, UFRGS.

SILVA, Ricardo V. (1992). *Política e política econômica na crise do início dos anos sessenta: o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH / UNICAMP.

\_\_\_\_\_. (2000). “Planejamento econômico e crise política: do esgotamento do plano de desenvolvimento ao malogro dos programas de estabilização”. In: *Revista de Sociologia Política*, no. 14, junho.

SOCHACZEWSKY, Antônio Claudio (1991). *Desenvolvimento econômico e financeiro do Brasil (1952-1968)*. São Paulo: Trajetória Cultural.

SOLA, Lourdes (1998). *Idéias econômicas, decisões políticas*. São Paulo: Edusp.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (1972). *O Plano Trienal e o desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP.

WELLS, John (1977). *Growth and fluctuations in the Brazilian manufacturing sector during the 1960's and early 1970's*. Cambridge: PhD, Cambridge University.